

Processo: 10905.720019/2021-79
Concorrência RFB/SRRF09 – Nº 07/2023

MULTILOG BRASIL S.A. (“Multilog”), já qualificada no processo em epígrafe, vem, por seus representantes, tempestivamente¹, em atenção à determinação da Comissão Especial de Licitação, apresentar resposta à Ata de Resolução sobre Diligências (Fls. 2.340/2.346), nos seguintes termos:

OBJETO DA DILIGÊNCIA

1. A Comissão Especial de Licitação publicou a Ata de Resolução sobre Diligências por meio da qual solicitou **(i)** esclarecimentos quanto *“a demonstração dos parâmetros adotados para o cálculo do giro apresentado na proposta e de como foram feitas as estimativas das quantidades anuais, apresentando cálculos e fontes de informações”*, e **(ii)** *“que a licitante apresente informações complementares de forma que seja possível a identificação de forma objetiva e inequívoca da diferenciação entre os serviços apontados como conexos no anexo V da proposta com os serviços necessários ao exercício da fiscalização constantes do art. 4º da IN 2.111/2022.”*

2. Como se verá ao longo dessa resposta, a MULTILOG atendeu a todos requisitos do Edital de Concorrência RFB/SRRF09 Nº 007/2023, razão pela qual deve ser dado prosseguimento ao processo licitatório.

CÁLCULO DO GIRO DE TARIFAS (TA2) ELABORADO DE ACORDO COM OS DADOS DA ATUAL PERMISSIONÁRIA

3. A primeira diligência requerida pela CEL consiste na demonstração dos parâmetros adotados para o cálculo do giro da proposta apresentada pela MULTILOG. Isso porque, de

¹ A Multilog tomou conhecimento da Ata de Resolução sobre Diligências no dia 15/02/2024. Assim, é tempestiva essa resposta, apresentada hoje, 22/02/2024, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis concedido pela Comissão Especial de Licitação (Cf. item 14, Fls. 2.345)



acordo com a Comissão, o giro utilizado no cálculo da TA2 pelo EVTE “foi obtido pela divisão do tempo médio de armazenamento de mercadorias em depósito e o número de períodos para armazenamento sobre o veículo transportador. Essa operação resultou no giro de 2,326, ou seja, cada caminhão sujeito a TA2 permanece no pátio em média 2,326 períodos de 6 horas.”, enquanto no cálculo da licitante “foi adotado um giro de 12, ou seja, cada caminhão sujeito a TA2 permaneceria no pátio por 12 períodos de 6 horas antes de sair do recinto.”

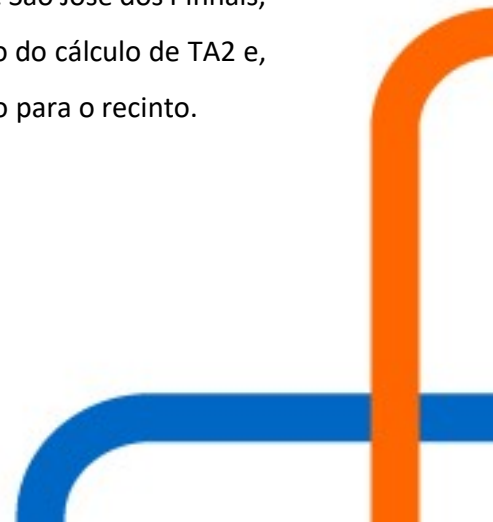
4. De acordo com a CEL, o cálculo de TA2 constante do anexo X do edital teria sido elaborado com dados fornecidos pela permissionária atual do Porto Seco de Curitiba. Ocorre que, a MULTILOG é a atual permissionária do referido Porto Seco, tendo enviado à Receita Federal do Brasil (RFB), por e-mail, os períodos médios de armazenagem por tipo de regime, conforme evidenciado na imagem abaixo:

5.1 - Período médio de armazenagem por tipo de carga			
Regime	Tempo total (hrs)	Média tempo (hrs)	Média tempo (dia)
Armazenagem	2552613	450,67	18,77791667
Container	498869	295,53	12,31375
Sobre-rodas	92310	65,79	2,74125

5. Como se vê, a MULTILOG informou à RFB que o período médio de armazenagem para este regime (sobre-rodas) seria de 65,79 horas, equivalente a 11 períodos de 6 horas ou fração (11 períodos x 6 horas = 66 horas), conforme anexos.

6. Assim, ao estipular um giro de 2,326, a CEL adotou um valor inferior ao informado pela permissionária quando solicitado pela RFB. Ao que tudo indica, o valor de giro foi calculado em dias, enquanto o correto seria considerar um giro para cada período de seis horas.

7. A proposta apresentada pela MULTILOG se baseou em parâmetros de seu sistema interno, pois, sendo a licitante a atual permissionária do Porto Seco de São José dos Pinhais, os dados a que possui acesso refletem os valores reais para realização do cálculo de TA2 e, portanto, são capazes de refletir com maior exatidão o giro necessário para o recinto.



8. Nesse sentido, confira-se o valor da tarifa de TA2 do Porto Seco de São José dos Pinhais, no período de janeiro/23 a outubro/23, que indicam a permanência média dos veículos de 66 horas e 42 minutos, correspondendo a 12 períodos:

TA2 - Armazenagem sobre veículo transportador Parâmetros						
Ano	Caminhões *	Caminhões /ano**	Caminhões /mês	Permanência	Períodos/h	Períodos
2023	1.922	2.306	192	66:42:34	11:07	12

*informações até 10/2023.

**volumetria anualizada.

9. Desse modo, a estimativa de receita anual de TA2, considerando os parâmetros acima referidos, resulta nos seguintes valores ao longo dos 25 anos do contrato de permissão:

Ano	Giro (a)	Tarifa TA ² (b)	Caminhões /ano	Taxa crescimento	Caminhões /ano (c)	Receita TA ² (d) = (a) x (b) x (c)
1	12,0000	129,3630	2.300	1,60%	0	R\$ -
2	12,0000	129,3630	2.337	1,60%	1.187	R\$ 1.842.646,57
3	12,0000	129,3630	2.374	1,60%	2.412	R\$ 3.744.282,67
4	12,0000	129,3630	2.412	1,60%	2.451	R\$ 3.804.824,56
5	12,0000	129,3630	2.451	1,60%	2.490	R\$ 3.865.366,44
6	12,0000	129,3630	2.490	1,60%	2.530	R\$ 3.927.460,68
7	12,0000	129,3630	2.530	1,60%	2.570	R\$ 3.989.554,92
8	12,0000	129,3630	2.570	1,60%	2.611	R\$ 4.053.201,52
9	12,0000	129,3630	2.611	1,60%	2.653	R\$ 4.118.400,47
10	12,0000	129,3630	2.653	1,60%	2.695	R\$ 4.183.599,42
11	12,0000	129,3630	2.695	1,60%	2.738	R\$ 4.250.350,73
12	12,0000	129,3630	2.738	1,60%	2.782	R\$ 4.318.654,39
13	12,0000	129,3630	2.782	1,60%	2.827	R\$ 4.388.510,41
14	12,0000	129,3630	2.827	1,60%	2.872	R\$ 4.458.366,43
15	12,0000	129,3630	2.872	1,60%	2.918	R\$ 4.529.774,81
16	12,0000	129,3630	2.918	1,60%	2.965	R\$ 4.602.735,54
17	12,0000	129,3630	2.965	1,60%	3.012	R\$ 4.675.696,27
18	12,0000	129,3630	3.012	1,60%	3.060	R\$ 4.750.209,36
19	12,0000	129,3630	3.060	1,60%	3.109	R\$ 4.826.274,80
20	12,0000	129,3630	3.109	1,60%	3.159	R\$ 4.903.892,60
21	12,0000	129,3630	3.159	1,60%	3.210	R\$ 4.983.062,76
22	12,0000	129,3630	3.210	1,60%	3.261	R\$ 5.062.232,92
23	12,0000	129,3630	3.261	1,60%	3.313	R\$ 5.142.955,43
24	12,0000	129,3630	3.313	1,60%	3.366	R\$ 5.225.230,30
25	12,0000	129,3630	3.366	1,60%	3.420	R\$ 5.309.057,52



10. Ainda que a CEL opte por reduzir o giro proposto pela licitante, ao considerar uma redução pela metade e manter os descontos apresentados na proposta original, o Valor Presente Líquido (VPL) permanece positivo, assegurando a viabilidade econômica do empreendimento com uma Taxa Interna de Retorno (TIR) superior a 11,73%.

11. Assim, a MULTILOG confia ter prestado os esclarecimentos solicitados quanto aos parâmetros adotados para o cálculo do giro e das estimativas das quantidades anuais.

**COBRANÇA DE SERVIÇOS CONEXOS QUE
NÃO SE RELACIONAM AO EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA**

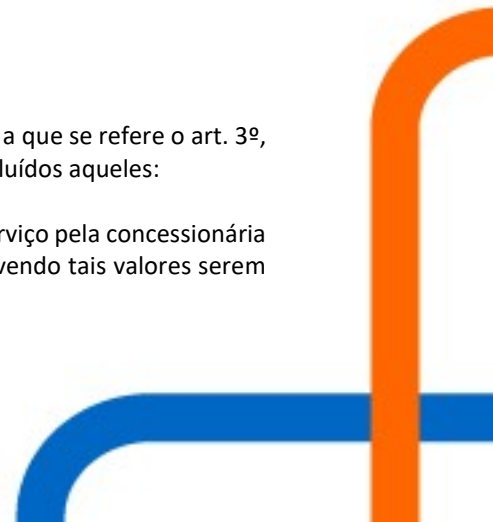
12. A Comissão Especial de Licitação solicitou, ainda, *“que a licitante apresente informações complementares de forma que seja possível a identificação de forma objetiva e inequívoca da diferenciação entre os serviços apontados como conexos no anexo V da proposta com os serviços necessários ao exercício da fiscalização constantes do art. 4º da IN 2.111/2022.”*

13. Isso porque, de acordo com a CEL, o anexo V da proposta da MULTILOG teria previsto a cobrança, a título de serviços conexos, para prestações de serviços necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, o que configuraria violação ao art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.111/22.²

14. Quanto às rubricas listadas pela RFB, a MULTILOG esclarece que se tratam de serviços demandados facultativamente pelos próprios clientes, seja devido à própria necessidade em busca de eficiência operacional e agilidade no processo, ou à incapacidade de realização por conta própria. Desse modo, possuem natureza de receita acessória, eis que tratam de serviços facultativos e não de serviço necessário ao exercício da fiscalização.

² Art. 4º A concessionária ou a permissionária cobrará do usuário, pelos serviços a que se refere o art. 3º, tarifas que englobem todos os custos envolvidos na operação do porto seco, incluídos aqueles: (...)

§ 2º É vedada a cobrança, a título de serviços conexos, quando a prestação do serviço pela concessionária ou pela permissionária for necessária ao exercício da fiscalização aduaneira, devendo tais valores serem considerados na tarifa, nos termos do caput.





15. Com efeito, o Edital de Concorrência RFB/SRRF09 Nº 007/2023 prevê expressamente a possibilidade de a permissionária auferir receitas acessórias por serviços prestados facultativamente aos usuários, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, como assim feito pela MULTILOG:


“7.2 No porto seco, a permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme subitem 3.2.2, inciso VI, deste edital, de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado de que trata o subitem 3.2.2, inciso VII, prestados facultativamente aos usuários, relativos a estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco Industrial, se for o caso.”

16. Desse modo, os serviços questionados por esta CEL não se tratam de serviços necessários ao exercício da fiscalização, mas de serviços prestados facultativamente aos clientes, constituindo, assim, receitas acessórias, cuja cobrança é expressamente prevista no Edital de Concorrência.

17. Sob essa perspectiva, em relação aos serviços de **(i)** armazenagem pós-desembarço; **(ii)** estadia de veículo **(iii)** gerenciamento de risco pós-desembarço, a MULTILOG elenca abaixo situações pelas quais veículos/cargas podem permanecer dentro do Porto Seco, mesmo após a liberação dos Órgãos Anuentes, possibilitando a prestação facultativa do serviço conexo:

- i) Horário limite de saída: por motivos de seguro, questões logísticas ou de tráfego, há um horário noturno limite para a saída dos veículos. Por questões de segurança e controle, alguns usuários optam em permanecer com os veículos / cargas dentro do porto seco, em períodos adicionais, por vontade do próprio cliente/usuário;
- ii) Jornada de Trabalho: existe a possibilidade de o usuário incorrer no período de descanso necessário ao motorista, de acordo com a legislação vigente;





iii) Procedimentos internos: algumas empresas ou operadores logísticos podem possuir processos internos que exigem a permanência dos veículos / cargas dentro do porto seco por um período adicional, mesmo após a liberação dos Órgãos Anuentes. Isso pode ser necessário para concluir procedimentos administrativos, políticas de recebimento no destino, etc.;

iv) Particular: em certos casos, o próprio importador / exportador opta por permanecer após o desembarço por motivos estratégicos.

18. A cobrança de “Cancelamento por (no-show)”³, por sua vez, é devida em casos em que foi agendado programação de um serviço pelo usuário, porém este não compareceu para a execução. Isso porque, para um melhor atendimento aos usuários do Porto Seco, os serviços oferecidos são agendados e controlados por uma área de planejamento que opera com a liberação de grades de atendimento dos serviços. Tal demanda é controlada para que não haja a formação de filas, tempos de espera excessivo e uma melhor organização das demandas operacionais do recinto. Assim, a cobrança de taxa de cancelamento por *no-show* atua como inibidora de cancelamentos injustificados que atrasam a prestação do serviço, e, portanto, não possui qualquer relação com o exercício de fiscalização.

19. Em relação à desconsolidação DA/CDA (por DA), esclareça-se que o recebimento e expedição de cargas pelo depositário, para processos comuns de importação e exportação, tem como base a quantidade de volumes⁴ declarados conforme conhecimento de carga e/ou DUE – Declaração Única de Exportação.

20. Dentre o portfólio de serviços oferecidos pelo Porto Seco, a habilitação para operar com regimes aduaneiros especiais é um diferencial na diversificação de suas atividades e na ampliação na carteira de clientes a ser atendida. Dentre os regimes aduaneiros especiais mais comuns tem-se o Entrepósito Aduaneiro de Importação, que permite a armazenagem de mercadoria em local alfandegado com suspensão do pagamento dos impostos.

³ O termo *no-show* tem origem na língua inglesa que significa, em tradução livre, “não compareceu”, ou ainda que tinha uma agenda/serviço programado e não efetuou o cancelamento no prazo estipulado.

⁴ Volumes - o termo “volume” inclui todos os artigos usados como revestimentos internos ou externos para as mercadorias, suportes em que são envolvidas ou presas, baús, caixas e receptáculos. O termo exclui meios de transporte e artigos de transporte, equipamentos como contêineres (“freight containers”) e paletes (*Recomendação nº 21 da UNECE, incorporada na base de dados da Organização Mundial das Aduanas - OMA*).



21. A admissão, neste caso, é realizada pela DA (Declaração de Admissão em Regime de Entrepósito Aduaneiro), já o DAC (Depósito Alfandegado Certificado) é um regime que autoriza que mercadorias vendidas ao exterior fiquem armazenadas em território brasileiro em local alfandegado sendo consideradas exportadas para efeitos fiscais, cambiais e creditícios. Por se tratar de regimes em que a RFB possibilita ao beneficiário a suspensão dos tributos até que seja iniciado o despacho para extinção do regime, é de responsabilidade do beneficiário a guarda pela mercadoria em sua menor unidade de comercialização. Por este motivo, no intuito de se resguardar de possíveis problemas de gestão de estoque (Faltas / Sobras / Avarias), é comum que haja a contratação do serviço de desconsolidação da DA / CDA para uma conferência minuciosa dos “itens” a serem admitidos nos regimes.

22. A prática é amplamente regulada pela legislação especializada:

DECRETO Nº 6.759, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2009.

CAPÍTULO IV

DA DESCARGA E DA CUSTÓDIA DA MERCADORIA

Art. 63. A mercadoria descarregada de veículo procedente do exterior será registrada pelo transportador, ou seu representante, e pelo depositário, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º O volume que, ao ser descarregado, apresentar-se quebrado, com diferença de peso, com indícios de violação ou de qualquer modo avariado, deverá ser objeto de conserto e pesagem, fazendo-se, ato contínuo, a devida anotação no registro de descarga, pelo depositário. (Incluído pelo Decreto nº 8.010, de 2013)

§ 2º A autoridade aduaneira poderá determinar a aplicação de cautelas fiscais e o isolamento dos volumes em local próprio do recinto alfandegado, inclusive nos casos de extravio ou avaria

* * *

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 241, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2002
Dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.

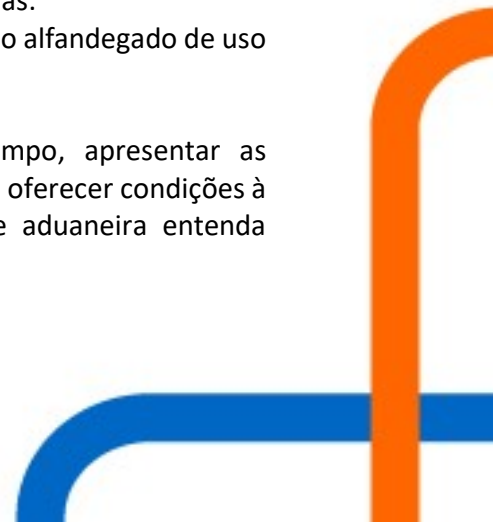
RESPONSABILIDADES DO DEPOSITÁRIO E DO BENEFICIÁRIO

Art. 44. Respondem pela guarda das mercadorias:

I - o permissionário ou concessionário do recinto alfandegado de uso público credenciado; ou

II - o beneficiário do regime, nos demais casos.

§ 1º O depositário deverá, a qualquer tempo, apresentar as mercadorias submetidas ao regime, bem assim oferecer condições à verificação dos inventários que a autoridade aduaneira entenda necessários.





§ 2º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se inclusive a mercadorias transferidas para as áreas isoladas referidas no art. 8º.

Art. 45. Apurada a falta ou avaria de mercadoria, o depositário responde pelo pagamento:

I - dos impostos suspensos, bem assim da multa, de mora ou de ofício, e demais acréscimos legais cabíveis, quando se tratar do regime de entreposto aduaneiro na importação ou na exportação, na modalidade de regime comum; ou

II - dos impostos que deixaram de ser pagos em decorrência dos benefícios fiscais auferidos pelo produtor-vendedor, bem assim da multa, de mora ou de ofício, e demais acréscimos legais cabíveis, no caso do regime de entreposto aduaneiro na exportação, na modalidade de regime extraordinário.

* * *

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 266, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002
Dispõe sobre o regime de Depósito Alfandegado Certificado.

ADMISSÃO E PERMANÊNCIA DE MERCADORIAS NO REGIME

Art. 5º A admissão no regime será autorizada para mercadoria:

I - vendida a pessoa sediada no exterior, que tenha constituído mandatário credenciado junto à SRF, mediante contrato de entrega no território brasileiro, à ordem do comprador, em recinto autorizado a operar o regime, por ele designado;

II - desembaraçada para exportação sob o regime DAC no recinto autorizado, com base em DDE registrada no Siscomex;

III - discriminada em conhecimento de depósito emitido pelo permissionário ou concessionário do recinto autorizado a operar o regime; e

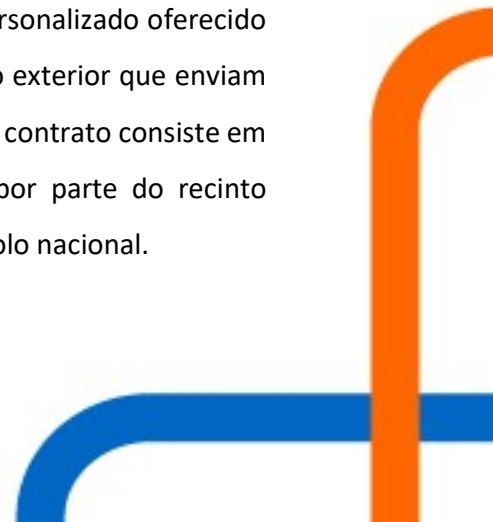
IV - subsumida nos gêneros de cargas previstos no ADE de autorização.

(...)

§ 8º A apresentação do CDA à fiscalização aduaneira terá efeito declaratório da identidade e da quantidade da mercadoria recebida pelo depositário.

23. A cobrança por desconsolidação DA/CDA (por DA), como se vê, não consiste em serviço conexo para o exercício da fiscalização aduaneira, mas de receita acessória ao serviço facultativamente oferecido aos usuários.

24. Já a cobrança por gestão de contratos, trata-se de serviço personalizado oferecido pela MULTILOG, em que é realizado gestão de contrato dos clientes no exterior que enviam mercadorias para ao Brasil consignada ao permissionário. A gestão de contrato consiste em um processo de acompanhamento e responsabilidade aduaneira por parte do recinto alfandegado antes, durante e depois da chegada da mercadoria em solo nacional.





25. A referida gestão contempla **(i)** validação de documentos para embarque de carga do exterior; **(ii)** tratativas com o exportador; **(iii)** gestão do estoque de segurança; **(iv)** *follow up* e monitoramento da carga até chegar em território brasileiro; **(v)** gestão e controle das taxas portuárias; **(vi)** dos armadores e agentes de cargas; **(vii)** remoção da carga para o recinto Multilog; **(viii)** gestão das entregas de contêineres vazios e registro da Declaração de Admissão de Entrepósito Aduaneiro.

26. A oferta deste serviço é autorizada pela Instrução Normativa 241 de 06/11/2002:

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 241, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2002

Dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.

BENEFICIÁRIOS DO REGIME

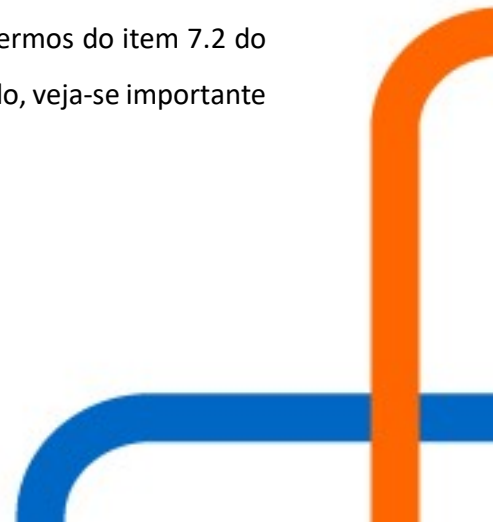
Art. 19. É beneficiário do regime de entreposto aduaneiro na importação o consignatário da mercadoria a ser entrepostada, pessoa jurídica estabelecida no País.

(...)

§ 3º O permissionário ou concessionário do recinto alfandegado poderá ser beneficiário do regime de entreposto aduaneiro na importação, quando figurar como consignatário da mercadoria, devendo ser observada, neste caso, a restrição estabelecida no § 2º do art. 38.

27. Por fim, quanto à afirmativa de que *“Tais serviços possuem relevância do ponto de vista econômico ao empreendimento, uma vez que representam grande parte do montante arrecadado com serviços conexos.”*, a MULTILOG informou, em sua proposta, que os valores absolutos de receitas acessórias ao longo de 25 anos totalizam R\$ 183,9 milhões, de apenas 13,13% da receita total do empreendimento.

28. De qualquer modo, não cabe ao Poder Público controlar os valores referentes às receitas acessórias no âmbito do processo licitatório para seleção de novo permissionário, uma vez que são decorrentes de serviços conexos cujo oferecimento está previsto como faculdade do licitante, a depender da demanda do importador, nos termos do item 7.2 do Edital, desde que isso não implique em mudança tarifária. Nesse sentido, veja-se importante precedente do Tribunal de Contas da União:



“Dado o seu caráter facultativo e acessório à fruição do serviço público, o controle exercido sobre as receitas extraordinárias, em geral, foca-se apenas na sua reversão à modicidade tarifária (art. 11 da Lei 9.897/1995), o que, frequentemente, já é levado em consideração pelos licitantes no momento de elaboração de suas propostas. Não existe preocupação do regulador quanto aos preços cobrados pelo permitente para o exercício das atividades conexas, pois o usuário poderá optar por não utilizá-lo (...)”. (Acórdão 3679/2013-TCU-Plenário)

29. Portanto, conforme esclarecido, a cobrança dos serviços elencados no Anexo V da proposta apresentada pela MULTILOG não são devidas pelo exercício da fiscalização aduaneira, o que violaria o art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 2.111/2022, mas pela prestação de serviços demandados facultativamente pelos próprios usuários, conforme autoriza o item 7.2 do Edital de Concorrência.

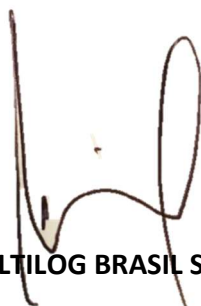
* * *

30. Pelo exposto, a MULTILOG acredita ter prestados os esclarecimentos solicitados por esta Comissão Especial de Licitação, comprovando o correto atendimento aos requisitos do Edital de Concorrência RFB/SRRF09 Nº 007/2023, pelo o que confia no prosseguimento do procedimento licitatório.

São José dos Pinhais, 22 de fevereiro de 2024.

MULTILOG BRASIL S/A

MULTILOG BRASIL S/A



MULTILOG BRASIL S/A

Rômulo Gaspar Barcellos
OAB/RJ nº 176.700